

São Paulo, 28 de março de 2012

2012, um bom ano para a gestão integrada de riscos ao meio ambiente no ciclo de vida

Por Alexandre Yokote

2012 é um ano importante para a gestão ambiental no Brasil, não apenas pela RIO+20, mas também por uma série de expectativas e novidades já programadas. Nos EUA as coisas estão mornas em função das eleições presidenciais, na Europa o assunto ainda é a crise financeira e na Ásia ainda se têm dúvidas sobre o crescimento insustentável da China. No Oriente médio se mantém as crises políticas, ideológicas e nuclear.

Os americanos possuem um interessante destaque que não podemos esquecer é o desenrolar das indenizações vinculadas à catástrofe ambiental da plataforma Deepwater Horizon. No Brasil, estão pegando no pé da Chevron. Sem julgar, o caso Chevron no Brasil não se deve apenas ao evento do vazamento, mas sim aparenta ser um típico cenário de crise latente (pouco a pouco que somados, um dia estoura). As ações civis e criminais e respectivas consequências negativas institucionais à empresa representam um importante marco para a Gestão de Riscos ao Meio Ambiente.

Puxado pelo marketing da Rio+20, uma série de discussões e acordos setoriais estão andando, com os já citados em outras edições, os 4 Princípios para Sustentabilidade em Seguros, as ações de varejo sustentável e assim por diante.

Os programas de eficiência energética e hídrica e as políticas nacionais de resíduos sólidos e de mudanças climáticas devem ganhar mais destaque com a definição de regulamentações mais objetivas e ações de “comando e controle”. Pelo menos deve ser a realidade para resíduos, mas ainda uma longe expectativa para gases de efeito estufa. Ainda falta ao mercado reconhecer que mudanças climáticas é um driver de riscos e oportunidades de negócios, não apenas em função das metas e regulamentações, mas também pelos efeitos físicos da dinâmica meteorológica e nível de marés na economia mundial, no desenvolvimento do agrobusiness e na própria qualidade de vida. O incentivo dos créditos de carbono já começa a mostrar suas vulnerabilidades, por mais que as companhias aéreas tenham uma obrigação de compensar os GEEs na Europa, estamos vivendo uma queda acentuada do valor financeiro de um crédito de carbono no mercado europeu, com valor abaixo e 25% do que valiam no auge a poucos anos atrás.

A cada dia as empresas em geral buscam meios de Governança e reconhecimento diferenciados, ganhando força neste contexto os relatórios no formato GRI, ISE, DJSI, CDP e assim por diante.

Em comum a todos esses aspectos de Governança, às novas políticas e eventos, estão dois importantes alicerces conhecidos como abordagens, são elas: Abordagem de ciclo de vida (Life cycle thinking ou approach) e Abordagem em riscos (risk approach). O primeiro dá um caráter sistêmico aonexo causal dos aspectos ambientais, desenvolvendo uma cultura de corresponsabilidade pela geração de poluentes, consumo de recursos naturais e alterações no meio biótico e abiótico, provê uma gestão compartilhada em função da relação de negócios produtos x consumidor ao longo de toda a cadeia de valores. A segunda abordagem trabalha na ciência da redução de incertezas e na previsão de eventos, construindo uma cultura proativa e preventiva.

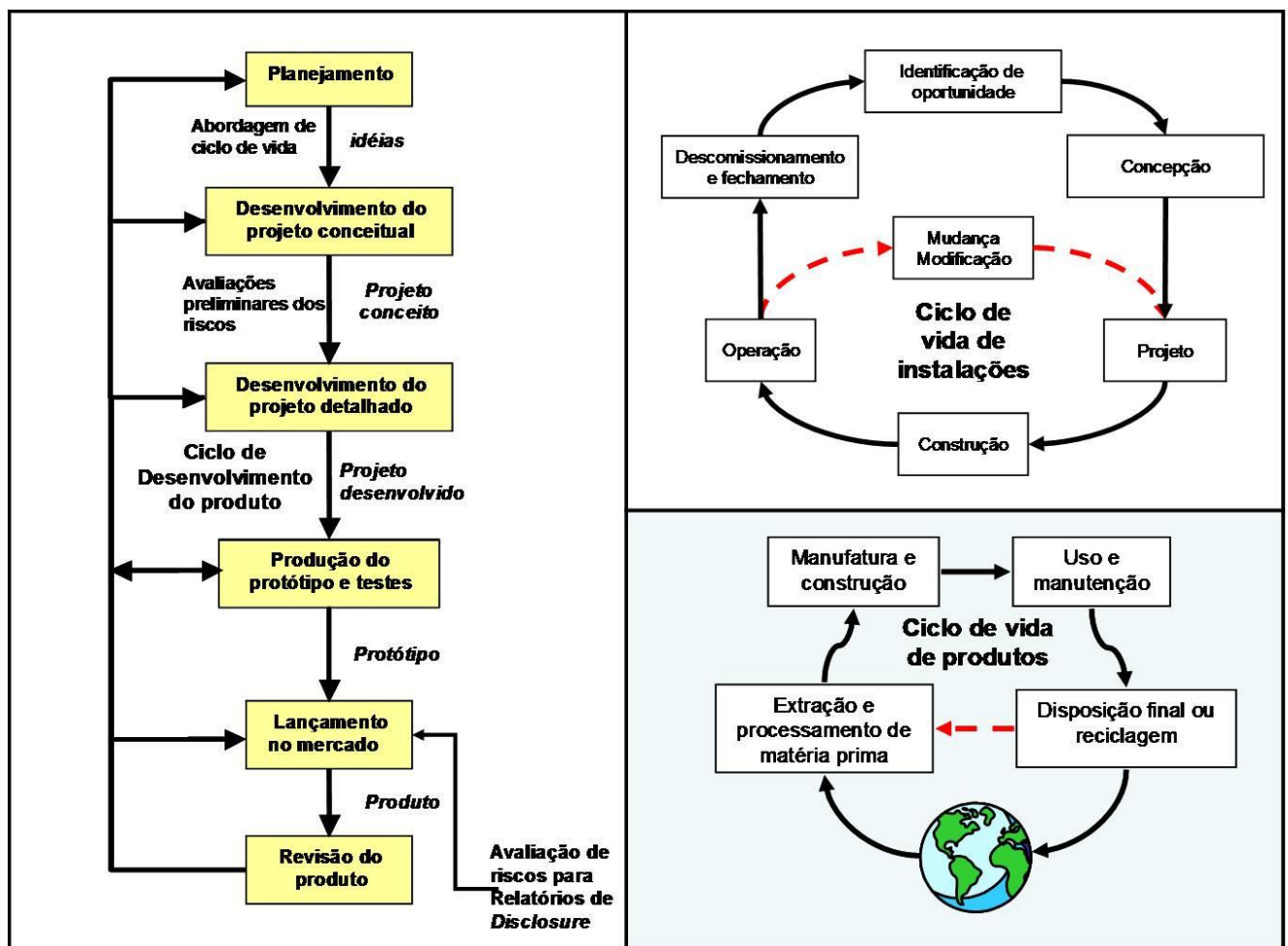
Na prática as duas abordagens ainda estão andando em separados, uma análise de ciclo de vida quantifica aspectos ambientais e os interpreta em impacto, enquanto que uma análise de riscos quantifica a possibilidade de danos ambientais de determinadas severidades, porém nada impede das duas ferramentas serem trabalhadas de forma integrada, tentando mostrar os riscos ao meio ambiente ao longo de todo o ciclo de vida de um produto.

Qualquer empresa conseguiria mapear uma série de riscos e oportunidades associadas às mudanças climáticas se fizesse um mapeamento da cadeia de valores onde se insere. A ecoeficiência de instalações, bens e serviços depende de uma série de variáveis ao longo do ciclo de vida, da extração de recursos à disposição final (ou nova vida), da concepção aos descomissionamento..

A abordagem em riscos ao meio ambiente, inusitadamente para alguns, mas coerente para outros, ganhou força com o novo texto da Norma Regulamentadora NR-20 do MTE publicada no final de fevereiro.

Comento tudo isso para tentar mostrar a importância principalmente da ainda tão negligenciada ferramenta de análise de ciclo de vida e da própria gestão de ciclo de vida, de forma a poder dar força e fazer um marketing institucional á Associação Brasileira de Ciclo de Vida (ABCV) que este ano estará organizando sessões de capacitação e eventos científicos, com foco na difusão.

Não espere a regulamentação, preveja o risco e a oportunidade!



Para mais informações consulte a ABCV:

<http://www.abcvbrasil.org.br/>